

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 34 • 2024



Editor científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2024

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular, sem prejuízo daqueles que possam valorizar o conhecimento das antiguidades oeirenses, para além de contributos sobre a História da Arqueologia e de comunicações apresentadas a reuniões científicas organizadas pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Professor Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve)
- Professor Doutor Alfredo Mederos Martín (Universidade Autónoma de Madrid)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professora Doutora Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra)
- Professor Doutor Jorge de Oliveira (Universidade de Évora)
- Professor Doutor Mário Barroca (Universidade do Porto)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 34 • 2024 ISSN: 0872-6086

DOI: 10.5281/zenodo.12731917

EDITOR CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA – Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2730-085 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.
É expressamente proibida a reprodução de quaisquer imagens sobre as quais existam direitos de autor sem o prévio consentimento dos signatários dos artigos respectivos.

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO – César Antunes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Graficamares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

CARDOSO, JOÃO LUÍS (2022). O POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA. CINQUENTA ANOS DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS (1972-2022). ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS 31. OEIRAS: CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Apresentação da obra na sessão pública realizada no dia 21 de janeiro de 2023 no Auditório do Templo da Poesia – Parque dos Poetas (Oeiras)

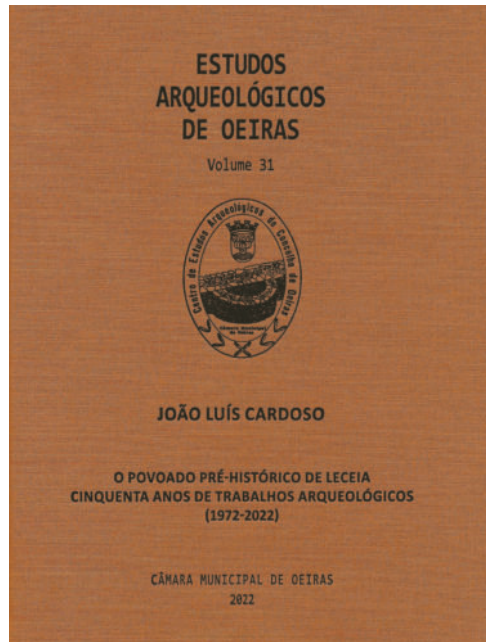
Luiz Oosterbeek¹

Exm^o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais,
Exm^o Sr. Professor Doutor João Luís Cardoso,
Estimados colegas, senhoras e senhores,

Cito: “Se (...) fosse minha intenção erguer a mim próprio qualquer espécie de monumento, teria dado à recolha um título diferente. (...) O historiador não vagueia ao acaso pelo passado, como um trapeiro à procura de achados, mas parte com uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar.” Cito não a obra que agora se apresenta, mas os Combates pela História de Lucien Febvre. Curiosamente, ou não, à medida que fui lendo esta biografia da vida recente de Leceia na transição para o 3^o milénio AD, foi de Febvre que me lembrei, e do que estudámos nos bancos de Faculdade, várias décadas atrás.

Por generosidade e eventual distração do Professor João Luís Cardoso, cabe-me hoje apresentar uma obra que, se não conhecêssemos o autor e a sua prolífica e diversa produção científica, bem poderia ser confundida com um balanço dessa obra.

Não é assim, porém, pois embora Leceia seja um topónimo para sempre associado ao autor, tem ele obra muito mais



¹ Professor-Coordenador do Instituto Politécnico de Tomar. Presidente do Instituto Terra e Memória. Titular da Cátedra UNESCO-IPT em Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território.

vasta. Menciono-o, porém, porque não se compreenderia este volume fora desse contexto, ou percurso, do Académico João Luís Cardoso.

Na transição entre as décadas de 70 e 80 do século passado, quando iniciei a minha formação, a História estava no centro dos Estudos Humanísticos e Leceia já era um local conhecido na bibliografia (foi, aliás, o primeiro povoado fortificado reconhecido em território Português). Mas não era, ainda, um local de referência para o estudo do Neolítico e do Calcolítico do ocidente peninsular. Outros locais, como Vila Nova de S. Pedro e, sobretudo, o Castro do Zambujal, mercê das escavações do Instituto Arqueológico Alemão, permitiam uma mais rigorosa compreensão dos processos de complexificação das sociedades agro-pastoris e metalurgistas e dessa sedutora e interrogante malha de povoados amuralhados, que encontrava em Los Millares a expressão, à época, mais esmagadora.

Hoje, Leceia é um sítio incontornável para o estudo desse período, não apenas no Ocidente peninsular, e esta obra explica como tal se tornou possível.

Estruturada em 18 capítulos, ao longo de 640 páginas, esta não é apenas uma monografia de Leceia, pois oferece ao leitor não apenas a descrição dos contextos, estruturas, artefactos e estratigrafias, mas também a oportunidade de seguir, para além da descrição dos métodos, o processo, ano a ano, de inscrição de Leceia num quadro interpretativo mais vasto, a um tempo científico e patrimonial.

Por isso a vejo como uma biografia de sítio.

Como refere o autor, não é usual que, para além dos relatórios iniciais dos trabalhos arqueológicos, as publicações posteriores incluam registos fotográficos e documentação administrativa, como é o caso nesta publicação. Fê-lo o autor para, cito, “permitir perceber o quotidiano das escavações e as circunstâncias em que as mesmas decorreram”. Na verdade, esse relato não é uma mera curiosidade: ele confere ao livro um ritmo lento que convida à reflexão sobre o próprio processo de construção do conhecimento em arqueologia.

O relato dos trabalhos de escavação e análise, ano após ano, evidencia como o progresso científico requer rigor e é inimigo da pressa. Diria mesmo que, não apenas em pré-história e em ciência, as correrias animadas pelo sentido de emergência raras vezes dão resultados estruturantes e duradouros, porque estes dependem não apenas da capacidade de acudir às necessidades mas, sobretudo, da competência na formulação de questões e projetos de longo prazo.

Também a publicação exaustiva dos nomes dos participantes nos trabalhos de campo e laboratório evidencia algo que é matricial em arqueologia: a construção de dados científicos neste campo sempre se fez, desde o século XIX, recorrendo à participação massiva de não especialistas (estudantes, voluntários, trabalhadores), devidamente orientados pelos arqueólogos num processo integrado de construção transdisciplinar de conhecimento.

Se é certo que a escavação arqueológica destrói as evidências, é igualmente evidente que os registos arqueológicos sempre dependeram muito desses colaboradores e da capacidade dos arqueólogos em fazer das escavações verdadeiras escolas, não apenas de arqueologia, mas de cultura e cidadania. Por isso, quando tanto se fala, hoje, de transdisciplinaridade e de co-construção do conhecimento, isso é algo que a arqueologia pré-histórica já fazia desde o século XIX.

Mas vamos ao livro.

Ele é percorrido por duas grandes dimensões: a científica (que corresponde à reconstrução histórica do povoado e às estratégias de conservação e restauro, com sínteses breves da ampla bibliografia já conhecida) e a patrimonial (que integra as vertentes de proteção e valorização). Poderia, por isso, ser sistematizado nesta lógica temática, eventualmente servida por uma introdução e uma conclusão que contribuíssem para demonstrar a relação entre ambas.

O autor, porém, seguiu um percurso diferente, construindo a obra parcialmente em forma de uma crónica que, sobretudo no início, intercala as várias vertentes (entre os capítulos 1 e 6).

Assim, os capítulos que se poderiam “arrumar” na vertente científica (como o 2, o 6, e do 8 ao 11) e os que são “patrimonialistas” (o 3, o 4, e do 12 ao 17), bem como os que explicitam as condições de produção do conhecimento no plano do coordenador (capítulo 5) e da gestão global (capítulo 7), formam um todo mais integrado e harmonioso que evidencia como a socialização do conhecimento é relevante em pré-história e, também, como ela só faz sentido se, de facto, for ancorada na pesquisa académica, ou seja no rigor e na dúvida metódica, e não num qualquer desígnio patrimonial-identitário de inspiração comercial, quando não xenófoba.

Neste quadro, penso que toda a visão da obra é organizada, para o leitor, através da leitura atenta da nota autobiográfica que constitui o capítulo 5. Nele se percebe a formação do seu pensamento, não apenas na dimensão emocional mas no cruzamento entre um escopo cultural e humanístico amplo (o gosto pela leitura, a participação no “grupo Académico” animado por João de Freitas Branco) e a formação em geociências. Nele se percebe, também, uma precoce atenção à dimensão social do conhecimento, quando no seu primeiro estudo dedicado a Leceia, no jornal “Ensaio” do Grupo Académico, em 1972, justifica a escolha do tema em primeiro lugar “por se situar relativamente perto das residências da maioria dos sócios do grupo” e só depois pela excecionalidade do sítio. Esta prioridade à sociedade não a li como uma prioridade ao património em relação à ciência, mas como uma compreensão, talvez na época nem sequer refletida, de que a ciência parte da sociedade e a ela tem de regressar. O capítulo evidencia, também, as influências académicas e intelectuais do autor e a construção de um entendimento do sítio, e da arqueologia, que parte do geral (o povoamento e o sítio) para os detalhes (as estruturas e os artefactos), mas atribuindo à morfologia e produção destes uma atenção muito grande, bem presente em toda a vasta bibliografia do autor e a que não serão alheios esses anos iniciais de formação e o convívio com a coleção de Álvaro de Brée. Uma visão ancorada na cultura material, mais do que na paisagem.

Dar conta da formação do nosso pensamento é um exercício de transparência e rigor científico. O capítulo cinco expõe um historiador-arqueólogo, que atribui às materialidades e à sua concatenação no espaço e no tempo, a base documental para a reconstrução histórica. Evidencia, também, um historiador que, na boa tradição da arqueologia desde o século XIX, inscreve o comportamento humano na lógica da história natural e formula as questões partindo das problemáticas das ciências humanas, mas sempre com um envolvimento pleno das ciências naturais e dos seus recursos analíticos. Nisto se afasta, e ainda bem no meu entender, de derivas pós-modernas que se centram no discurso, ou como hoje alguns gostam de dizer na “narrativa”, ou na resignação face à óbvia dimensão subjetiva do conhecimento. E é nisto que se aproxima, ou que o faz ilustrar, do entendimento da Pré-História não como uma disciplina, mas como um campo interdisciplinar de ciências. Um entendimento em que, na trajetória portuguesa da pré-história no século passado, foi mais relevante o contributo das instituições fortemente marcadas pelas ciências naturais (como os Serviços Geológicos de Portugal, mas também o Centro de Estudos Geográficos) do que das ciências humanas em sentido estrito. Num processo que, também por isso, cedo se inscreveu no território e aí construiu materialidades, de que é exemplo pioneiro a arqueologia do Gabinete da Área de Sines.

A obra começa com uma breve revisão dos trabalhos anteriores a 1972, com Carlos Ribeiro, autor da primeira monografia de Leceia, em 1878, e, como é sabido, secretário do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, a antecessora da UISPP, em 1880. Desta revisão destaque-se a capacidade que Carlos Ribeiro teve de entender a importância do sítio, para além das limitações do conhecimento na época e de alguns erros. Não é por acaso que os cientistas militares, apetrechados com os conhecimentos de geografia e de estratégia, foram tão importantes nas décadas iniciais da pré-história.

Mas refira-se, também, o lento progresso, mais quantitativo que qualitativo, dos trabalhos até à década de 1970. Possivelmente fruto não apenas de um menor reconhecimento do potencial estratigráfico do sítio, mas também das grandes limitações de recursos da arqueologia em Portugal durante o Estado Novo, após um período de “ouro” que marcou o final do século XIX e o início do seguinte.

Deste período data, porém, a classificação do sítio, na década de 1960, cuja descrição preenche o terceiro capítulo. É muito interessante este processo, marcado por uma preocupação inicial de preservação e por uma tensão com a oposição dos proprietários, resolvida a favor da classificação em 1963, ainda que apenas mais de duas décadas depois tenha sido possível definir uma área de proteção eficaz e realista, compaginando a proteção do património com a dinâmica do povoamento contemporâneo.

O interesse do processo consiste na deslocação do eixo do programa de proteção da vertente estritamente científica (que marca todo o ciclo desde Carlos Ribeiro até à década de 80) para uma lógica patrimonial que, apoiando-se no rigor da investigação, passa a inscrever a proteção dentro de uma lógica de ordenamento territorial. A este propósito, é igualmente interessante ler o testemunho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, sobre como foi “convencido” pelo autor da obra, bem como, no capítulo 4, todo o complexo processo de aquisição de terrenos, onde se pode registar um bom exemplo de prática municipal de equilíbrio entre o interesse público e os privados.

O grande capítulo VI, crónica de vinte anos de escavações no povoado de Leceia, são 24 páginas de resumo dos trabalhos desenvolvidos, ano a ano, que permitem perceber como a estratégia e a metodologia de escavação foi sendo ajustada em função dos achados das campanhas anteriores, conduzindo à compreensão da estratigrafia, da extensão das estruturas, da funcionalidade e da relação entre elas, da existência de uma ocupação pré-Calcolítica, da complexificação das estruturas defensivas e suas fases de construção, da cronologia das sucessivas ocupações, da especificidade de alguns elementos de cultura material (designadamente decorativos e simbólicos), etc.

Este breve sumário é complementado por quase 300 páginas de fotografias, devidamente localizadas, que constituem uma rara oportunidade de visualização não apenas do progresso da escavação mas de como, no mosaico de áreas escavadas, se foi formando um mapa mental do sítio, que alimentou a compreensão que hoje temos dele. Gostei em especial da estética quase barroca desta componente da publicação, que insistiu em repetir a reprodução da planta de localização ocupando as páginas pares e acompanhando as fotografias nas páginas ímpares: há algo de musical neste capítulo, que reitera incessantemente a mesma frase arquitetónica, para depois a declinar em inúmeras variações. O espaço-tempo está muito bem ilustrado, sem recurso a mais palavras.

A crónica do capítulo 6 é complementada pela caracterização do quotidiano das campanhas e da prestação de contas sobre os investimentos públicos feitos e seus resultados, que, ao longo de quase 11 meses dos 20 anos de trabalhos, envolveram o esforço de mais de 300 participantes, todos nomeados individualmente.

Os capítulos 8 e 9 constituem a síntese interpretativa do sítio, no que diz respeito à sua crono-estratigrafia (apoiada pela descrição estratigráfico-sedimentar, pela sequência de fases culturais observadas em termos de cultura material e por datações de radiocarbono) e às fases construtivas. O autor recapitula o que já havia publicado, explicitando: a presença de um povoado neolítico inicial não amuralhado, entre o final do IV^o e o início do III^o milénios; uma sequência do calcolítico inicial até ao 3^o quartel do III^o milénio, com três episódios construtivos; e uma fase posterior, no Calcolítico pleno/final.

Não sendo este o momento de discutir a interpretação da sequência em detalhe, é importante sublinhar como a escavação de Leceia demonstrou, creio que para além de dúvidas razoáveis, que o dispositivo defensivo foi pensado desde o início, como o autor defende, e que a uma fase de maior instabilidade e conflitualidade se

sucedeu um período de densificação do povoamento em meados do III milénio, precedendo uma intensificação dos intercâmbios no final desse milénio, antes do declínio e posterior abandono.

Poder-se-á descortinar aqui uma reorientação do povoado fortificado, inicialmente estruturado fundamentalmente como entreposto defensivo e, depois, como ponto focal de intercâmbios (de que os metais e as cerâmicas decoradas seriam testemunho)? E, a ser assim, poderá relacionar-se um menor investimento na defesa, ou na prevenção do conflito, não apenas em Leceia, claro, com o ocaso do Calcolítico? E, ainda, como é que essa sequência se relaciona com as modificações na paisagem, em termos ambientais (tema menos focado nesta obra mas que mereceu estudos ao longo das décadas anteriores), ou com a evolução da linha de costa e do estuário do Tejo e, finalmente, com as dinâmicas peninsulares e euro-mediterrânicas que conduzirão à Idade do Bronze?

O restauro das estruturas, foco do capítulo 10, é um bom exemplo do que hoje se designa por co-construção do conhecimento. Numa escavação que pretendia abranger a quase integralidade do sítio com vista à sua valorização social, a conservação e, sobretudo, o restauro, não são apenas objeto de pesquisa e soluções técnicas, já que se é certo que visam o usufruto social, não deixam de depender das interpretações dos arqueólogos, com o risco que tal comporta, em termos de “congelamento” da flexibilidade interpretativa que vestígios não reconstruídos fisicamente possibilitam.

Dá-se conta de critérios para tornar visível a estratigrafia, não apenas assinalando os níveis reconstruídos com separadores de tijolo, mas “encaixando” as fases mais recentes em cotas inferiores às mais antigas, que foram alteadas – solução engenhosa que permite visualizar a estratigrafia arquitetónica partindo do postulado de que o plano inicial das estruturas defensivas tem um momento inicial que envolve e condiciona os subsequentes. Interessante foi, também, a opção pela construção de passadiços em madeira (bem antes, diga-se, da moda atual e, provavelmente, com uma moderação técnica e paisagística mais adequada).

O trabalho de campo prolongou-se obviamente, nos trabalhos laboratoriais, objeto do capítulo 11 e, curiosamente, sucedendo às referências ao restauro. Quando vi o índice comecei por achar estranha essa opção, já que as análises laboratoriais foram igualmente fundamentais para a construção do já mencionado “mapa mental” do povoado, que norteou a sua reconstrução. Mas a leitura do capítulo torna de imediato evidente esta opção: é em torno da analítica que se inscreve a criação e a ampliação do Centro de Estudos Arqueológicos, obedecendo à lógica de não apenas enviar amostras para outras instituições, mas de criar uma base local de construção de conhecimento científico. E será em torno e sobre esta que se organizará a disseminação científica, dos vídeos e textos disponibilizados em linha até às exposições temporárias e permanentes. A referência aos trabalhos laboratoriais serve assim para introduzir uma estratégia de logística da investigação que a integrou com a disseminação, envolvendo cerca de 15.000 visitantes *in loco*, entre investigadores, estudantes e outros interessados, para além dos acessos em linha. É, pois, de um Museu polinucleado que estamos a falar quando falamos de Leceia, com sítio, coleções, exposições, educação, didática mas, em particular, um núcleo estável de investigação, também plasmado na série de Estudos Arqueológicos de Oeiras.

Devo dizer, a este respeito, que este número, cotejado com o grande apoio financeiro e logístico da autarquia, ilustra o investimento desta numa lógica sustentável de longo prazo, infelizmente alheia a grande parte das políticas públicas da administração central, tantas vezes mais obcecada pelos números de bilheteira. Mas, curiosamente, o poder local em Portugal, também na esfera do património cultural, tem demonstrado uma visão estratégica mais ponderada e rigorosa do que as oscilações do centro, onde os caprichos de príncipes e princesas se tem feito sentir de forma mais nefasta.

Os capítulos 13 a 17 complementam esta síntese/balanço da vertente de socialização do conhecimento, sendo de saudar a articulação entre divulgação científica, sob a forma de livros e artigos académicos (110,

incluindo 8 monografias, com uma qualidade reiteradamente reconhecida, nomeadamente em prémios no âmbito da Academia Portuguesa da História), da divulgação para essa comunidade e para a sociedade em geral, sob a forma de exposições, mais de meia centena de palestras, mais de uma centena de notícias e diversas outras colaborações, da biblioteca municipal e grupos de cidadãos, às sociedades académicas ou à Festa da Arqueologia. A organização destes capítulos evidencia o continuum entre ambos, ajustando o discurso mas não a mensagem e promovendo colaborações com outras instituições científicas e culturais no que se deve reconhecer como um exercício de inscrição da gestão patrimonial numa gestão global do território, que assume a cultura como eixo organizador.

Sendo defensor, há muitos anos, da rutura com a torre de marfim em que muitos trabalhos no campo das Humanidades, apesar da sua qualidade, se deixaram enclausurar, e com a sonolência que Lucien Febvre denunciava, é-me especialmente grato registar que na inscrição de Leceia em Oeiras se pode observar o que podemos designar como gestão cultural integrada do território. Um bom exemplo de realidade que deveria ser endossada pelo programa BRIDGES da Unesco.

O epílogo da obra, o seu capítulo 18, sistematiza a biografia das últimas décadas de existência do sítio, não já como espaço de habitação mas como objeto de estudo e de valorização, em relação simbiótica com a biografia do autor.

Por tudo isto, creio que esta obra é um excelente exercício de didática da arqueologia: de como se formulam as questões, dos métodos a que se recorre para a elas responder, do tempo necessário para avançar no conhecimento em termos qualitativos, da dimensão e diversidade de perfis das equipas que nela intervêm e do espaço que fica em aberto para debater e continuar a construir a História.

Ela evidencia um percurso de estruturação, entre os finais do século XX e o início do III milénio, de um programa museológico, no sentido rigoroso do termo, ao qual só falta, creio, o passo final. Espero que o município, que tão bem tem apoiado de forma contínua este programa, venha a criar a Casa da Arqueologia com que o Professor João Luís Cardoso encerra a obra, ou o Museu de Pré-História de Oeiras que, certamente, poderá oferecer não apenas a Oeiras mas à região de Lisboa uma visão para o século XXI.

Finalmente, num tempo em que a obsessão com as memórias e a subjetividade ocuparam quase todo o terreno do passado, esta biografia de sítio, que o inscreve como corpo vivo e dialético, é um exemplo de Combate pela História, no sentido que lhe atribuiu Lucien Febvre. E, também por isso, lhe devemos estar gratos.